

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E
TRÊS

ATA NÚMERO VINTE E DOIS

(Mandato 2021-2025)

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária.

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros:

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Marina Soares Paulo, Mário Joaquim Gomes Branco, David Filipe dos Santos Pinto e Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa.

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Noélia do Carmo Sezões Gafanha.

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo e Francisco Xavier Pereira Coutinho Castel-Branco de Azevedo.

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira.

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – José Leonardo Baptista Rodrigues.

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos.

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes.

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz.

Faltaram à reunião os seguintes Membros:

----- Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano, que justificou a sua ausência e foi substituída por Noélia Gafanha.

----- Helder Fernando Simões dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Francisco de Azevedo.

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por David Pinto.

----- Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vanessa de Sousa.

----- Às dezanove horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- O **Senhor Presidente** verificou não existirem pedidos de intervenção do Público, pelo que passou ao

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Sérgio de Oliveira (CDU)

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

Moção

“ *Sem aviões, Alvalade tem mais saúde* -----

----- *Há muito que Lisboa precisa de um novo Aeroporto e há muito que Alvalade precisa Aeroporto Humberto Delgado seja encerrado.* -----

----- *O sobrevoo constante, a baixa altitude, da nossa freguesia coloca uma pressão enorme sobre os fregueses e as muitas pessoas que vêm diariamente aqui trabalhar,*



estudar ou receber cuidados médicos. Esta pressão afecta também a actividade económica e serviços públicos, como sejam escolas, universidades e hospitais. Este sobrevoos constitui também um risco não negligenciável.-----

----- Este risco não se mede apenas pela probabilidade de ocorrência de um acidente, factor por si só preocupante. Mede-se também pela certeza de impactos significativos no ambiente e na saúde das pessoas. O funcionamento do Aeroporto Humberto Delgado está associado à notória degradação da qualidade do ar, em virtude do aumento da poluição atmosférica, com modificações nos padrões de distribuição de vários poluentes, vários deles notoriamente associados aos aviões, como as partículas finas e ultrafinas, com impactos cumulativos na saúde, responsáveis por doenças graves (respiratórias, cardiovasculares, do sistema nervoso central, cancro ou diabetes, entre outras), mesmo que de evolução lenta e silenciosa.-----

----- Também o ruído, diurno e nocturno, prejudica a nossa saúde e qualidade de vida. Recordemos que as restrições aos voos noturnos têm sido, por diversas vezes, ou violadas ou excepcionalmente levantadas, verificando-se aterragens e descolagens no período noturno, incluindo entre as 00h00 e as 6h00, o que tem evidentemente consequências para a tranquilidade e a saúde da população.-----

----- Aos impactos directos do aeroporto devem somar-se os impactos indirectos, por exemplo, ao nível do aumento significativo do tráfego automóvel. Nos últimos anos, os níveis de poluição registados em torno de infraestruturas rodoviárias associadas ao escoamento do tráfego associado ao aeroporto, como a segunda circular e o eixo norte-sul, aumentaram significativamente, incluindo em zonas de elevada densidade habitacional e de equipamentos públicos como escolas ou estabelecimentos de saúde. --

----- No dia de 5 Dezembro, a Comissão Técnica Independente (CTI) nomeada pelo Governo para avaliar as opções estratégicas para o aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa pronunciou-se sobre qual a melhor localização para o futuro Aeroporto de Lisboa, considerando a solução “Campo de Tiro de Alcochete” como a que apresenta mais vantagens, entre um total de nove possibilidades estudadas. As conclusões da CTI assentam num aturado trabalho técnico e científico multidisciplinar, levado a cabo ao longo dos últimos meses, de avaliação comparativa das localizações possíveis e de seleção da localização mais indicada, tendo por base cinco Fatores Críticos de Decisão — Segurança Aeronáutica; Acessibilidade e Território; Saúde Humana e Viabilidade Ambiental; Conectividade e Desenvolvimento Económico; Investimento Público e Modelo de Financiamento.-----

----- Quanto ao Aeroporto Humberto Delgado, a CTI é clara ao afirmar que “as razões ambientais e de saúde pública justificam o fecho ou uma redução significativa de movimentos no Aeroporto Humberto Delgado”, acrescentando ainda que “contratualmente, a previsão do procedimento do NAL [Novo Aeroporto de Lisboa], sendo seguida, conduz ao fecho do AHD [Aeroporto Humberto Delgado], porque o NAL está concebido como aeroporto de substituição do AHD”.-----

----- Sublinhe-se que já em 2013 a zona do Campo de Tiro de Alcochete foi estudada, acordada e consensualizada como local indicado para instalar o Novo Aeroporto de Lisboa, após uma avaliação realizada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e subsequente decisão do governo. Uma decisão que não veio a ser concretizada, atrasando todo o processo de construção do aeroporto e conduzindo à actual situação. -

----- Importa agora que, contrariamente ao que então sucedeu, a obra seja lançada e concretizada o mais rapidamente possível.-----

----- Do ponto de vista da nossa freguesia e da cidade de Lisboa, impõe-se concretizar tão prontamente quanto possível a substituição progressiva — mas definitiva — do actual aeroporto. Este é o cenário defendido também pela Comissão Técnica

Independente. Não se ignorando a posição que tem vindo a ser defendida pelo concessionário da ANA, a VINCI, importa que seja o interesse nacional e o interesse das populações a prevalecer sobre os interesses particulares de um concessionário, e não o contrário.

----- Numa cidade moderna, com qualidade de vida, saudável e ambientalmente sustentável, não há lugar para um aeroporto e para os impactos e riscos que lhe estão associados. A libertação progressiva e definitiva de Lisboa destes impactos e riscos, com o encerramento do Aeroporto Humberto Delgado, abre, entretanto, uma outra discussão: a do futuro dos terrenos onde hoje está implantado. Este foi também um dos tópicos abordados no estudo da Comissão Técnica Independente.

----- Estes terrenos constituem uma reserva estratégica para o desenvolvimento futuro da cidade e este é o momento de discutir esses usos. É o momento de conceber um amplo e participado processo de discussão pública que apoie essa decisão. Uma discussão que deve ser profunda e com uma visão de futuro, balizada pelo critério da melhor e mais elevada utilidade social e coletiva destes terrenos. São terrenos públicos, é um projeto público e uma perspetiva coletiva, de bem comum, o que deve imperar na configuração de uma solução de futuro. É o interesse público, social, coletivo o que deve imperar nesta discussão.

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão pública, no dia 19 de Dezembro de 2023, delibera:

----- 1. Expressar profunda preocupação em face dos estudos que têm sido divulgados sobre os níveis alarmantes de poluição atmosférica associados ao funcionamento do Aeroporto Humberto Delgado e dos impactos, graves, que esta poluição tem na saúde da população;

----- 2. Reclamar o fim imediato dos voos noturnos no Aeroporto Humberto Delgado e, por conseguinte, de todos os regimes excepcionais e derrogações que os viabilizam, denunciando o profundo impacto negativo destes voos na saúde e na tranquilidade da população;

----- 3. Solicitar ao Governo que tome, tão prontamente quanto possível, as medidas imediatas necessárias ao arranque das obras do Novo Aeroporto de Lisboa, considerando, nos termos propostos pela Comissão Técnica Independente, que o funcionamento do Aeroporto Humberto Delgado se deve circunscrever ao tempo mínimo imprescindível para concluir a construção do Novo Aeroporto de Lisboa que o vai substituir, sublinha que a solução apontada pela Comissão Técnica Independente, na zona do Campo de Tiro de Alcochete, prevê uma construção faseada do Novo Aeroporto de Lisboa; defende, nestes termos, a desativação progressiva - mas definitiva - do Aeroporto Humberto Delgado;

----- 4. Manifestar o seu interesse em participar, conjuntamente com as instituições da cidade e a população, num debate amplo sobre os usos futuros a dar aos terrenos de implantação do Aeroporto Humberto Delgado, após a sua desativação.

----- Mais delibera, dar conhecimento desta Moção ao Governo, à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa, à Comissão Técnica Independente e à Autoridade Nacional da Aviação Civil.

Lisboa, 19 de Dezembro de 2023

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que a moção, independentemente do que estava escrito, tinha duas questões. Pressupunha que se iria escolher o local do novo aeroporto, que não era líquido, pois já estavam à espera há alguns anos e agora, quando estava quase, substituía-se o Governo.



----- Por outro lado, tinha muita pena que o nome Humberto Delgado deixasse de ficar associado ao aeroporto. Esperava que fosse repensado no futuro aeroporto. -----

----- Por ter sido solicitada a votação ponto a ponto, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “Sem aviões, Alvalade tem mais saúde”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDU, BE, IL, MMA e Chega) e 7 abstenções (PSD e CDS-PP) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “Sem aviões, Alvalade tem mais saúde”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDU, BE, IL, MMA e Chega) e 7 abstenções (PSD e CDS-PP) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “Sem aviões, Alvalade tem mais saúde”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDU, BE, IL e MMA) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP e Chega) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Moção “Sem aviões, Alvalade tem mais saúde”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDU, BE e MMA), 1 voto contra (Chega) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP e IL) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Frederico Lira (CDU)-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** começou por se congratular por estar presente numa sessão onde se estavam a aprovar atas em minuta. Deu os parabéns ao Senhor Presidente.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

Moção

----- *Mais mobilidade em Alvalade*-----

----- *A mobilidade dos cidadãos é não só um direito como uma necessidade para a prossecução do seu normal quotidiano. O acesso aos serviços essenciais, a possibilidade de uma deslocação autónoma e segura são fatores básicos numa sociedade igualitária e justa. Algo que compete, conforme consagrado pela Constituição da República Portuguesa, ao poder central e local assegurar.*-----

----- *No âmbito do Roteiro CDU à nossa Freguesia, nos passados dias 28 a 30 de Setembro, deparámo-nos, com várias queixas, preocupações e sugestões de melhoria das condições de acessibilidade com que se confrontam quotidianamente aqueles que aqui moram, trabalham e visitam este território.*-----

----- *A componente principal da mobilidade é a existência de uma rede de transportes públicos eficiente, acessível e abrangente. Apesar da Freguesia ser servida por duas linhas do Metropolitano de Lisboa e várias carreiras da Carris, a verdade é que a acessibilidade e deslocação no interior da Freguesia é bastante desigual. Além do mais, faltam ligações rápidas a vários locais de interesse dentro da cidade. Algo que não é compatível com um desenvolvimento equitativo na nossa sociedade. É fundamental que haja um reforço das carreiras da Carris, quer em número quer em frequência. São também necessárias medidas de prioridade aos autocarros de transporte público, para que se possam movimentar mais rapidamente nas horas de ponta, altura em que o trânsito em Alvalade tem imensos congestionamentos. Também é importante a reposição da carreira 721, como carreira que atravessava a freguesia e servia vários destinos.*-----

----- *Outra componente que tem ganhado um papel cada vez maior são os modos de mobilidade suave, nomeadamente a utilização de bicicletas. A par de um aumento*-----

significativo e constante da utilização de bicicletas próprias nos últimos anos, a existência da rede municipal de bicicletas GIRA é um sucesso significativo e melhora a deslocação na última parte do trajeto.

---- A rede GIRA é uma ferramenta que, se bem estruturada, com número suficiente de bicicletas e estações de acoplagem e uma cobertura territorial adequada, proporciona uma melhoria na deslocação da população. É essencial reforçar a rede GIRA e garantir a segurança de todos na utilização destes modos de mobilidade. Neste ponto é também necessário reavaliar os traçados das ciclovias existentes de modo a aumentar a segurança de ciclistas e peões.

---- Contudo, o modo principal de deslocação continua a ser o pedonal, incluindo-se neste as cadeiras de rodas, carrinhos de bebé, etc. É um modo que actualmente tem bastantes perigos e desconforto, pontos em que é necessário actuar. É essencial garantir que o traçado das diversas vias, sejam essas a rede viária, as ciclovias ou os passeios, seja concebido de forma a evitar conflitos entre os diversos modos de mobilidade, garantindo a circulação de todos de uma forma expedita, segura e agradável.

---- É necessário garantir a ligação pedonal entre todos os bairros, serviços públicos e pontos de interesse da Freguesia e que esta seja assegurada através de caminhos adequados com pavimentos seguros e agradáveis que permitam aos cidadãos usufruírem dessa experiência. A garantia da ligação entre os diversos bairros é uma luta antiga da CDU que pretende garantir o sentimento de pertença e promover a participação de todos na construção da nossa Freguesia.

---- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão pública, no dia 19 de Dezembro de 2023, delibera:

---- 1. Instar a Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com a Carris, a aumentar a oferta da Carris na Freguesia, aumentando a frequência das carreiras existentes, repondo a carreira 721 e a tomar medidas para que os autocarros tenham prioridade na circulação;

---- 2. Instar a Junta de Freguesia, em articulação com a EMEL e a Câmara Municipal de Lisboa, a aumentar significativamente a disponibilização de bicicletas GIRA, tanto através da instalação de novas estações, tendo em conta tanto a proximidade às zonas habitacionais, de serviços e transportes públicos, como o reforço do número de bicicletas disponíveis;

---- 3. Solicitar à Junta de Freguesia que atue proativamente na resolução dos problemas identificados com o reforço da carreira de bairro que suprima as reais necessidades dos fregueses, considerando a possibilidade de multiplicar quer o número de linhas quer a frequência de passagem dos autocarros e as zonas servidas;

---- 4. Requerer à Câmara Municipal de Lisboa, em articulação com a Junta de Freguesia, que promova as necessárias obras, incluindo de manutenção, para que se garanta uma rede de caminhos pedonais, seguros e saudáveis, ligando todos os bairros, serviços e pontos de interesse da Freguesia.

..... Mais delibera:

---- Enviar a presente Moção à Assembleia Municipal de Lisboa e a todas as forças políticas que a compõem e à Câmara Municipal de Lisboa e a todos os seus vereadores.

..... Lisboa 19 de Dezembro de 2023

---- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade

---- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta

---- O **Senhor Presidente da Junta** disse que, quanto a essa matéria, a Junta de Freguesia com a direcção de mobilidade da CML estavam a desenvolver um projeto dos

locais da Gira no Bairro de São Miguel e a Junta de Freguesia insistia com eles para novas localizações, conforme estava previsto no Plano de Atividades de 2023. -----

----- Quanto à carreira de bairro, já estava articulado e consensualizado com a Carris o novo percurso da carreira de bairro. Segundo os dados da Carris constatou-se que era a segunda pior de Lisboa, a menos utilizada e com esses argumentos a Carris reformulava a carreira de bairro de forma a passar no Campo Grande, permitindo a articulação com o 738 e aproximando as pessoas da Quinta dos Barros e do chamado FONSECAS e Calçada para o centro da Freguesia. -----

----- Nessa matéria também havia uma preocupação e aí estariam de acordo, mas a Junta de Freguesia tinha feito aquilo que era possível dentro das competências, porque era uma competência da Câmara e nesse caso da Carris, não dependia só da Junta e muitas vezes demorava mais tempo do que aquilo que desejariam. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que havia uma gralha no ponto 3. Presumia que a CDU não queria *suprimir* as necessidades dos fregueses e sim *suprir* as necessidades dos fregueses. Consideraria um erro manifesto e iria proceder à sua retificação. “*que supra as necessidades dos fregueses*”. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Mais mobilidade em Alvalade”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDU, BE, IL e MMA) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP e Chega) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Observou que não era verdade o que ali foi referido pelo PEV, de que seria a primeira vez que havia uma ata em minuta, porque as deliberações sempre foram votadas em minuta na Assembleia, muito antes de si e já consigo. O que se modificou foi a forma de votar em minuta. -----

----- Verificando não haver mais intervenções, passou ao

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **Ponto 1 - Apreciação, discussão e votação dos documentos previsionais da Freguesia para o ano de 2024: (i) Grandes Opções do Plano; (ii) PPI; (iii) Orcamento de Receita; (iv) Orcamento de Despesa; (v) Mapa de Pessoal;** -----

----- **O Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que do Plano de Atividades, embora lhe parecesse que estava suficientemente detalhado para ser analisado de forma crítica, devia destacar desde logo que 2024 seria um ano muito particular em todo o País e, como não podia deixar de ser, também na Freguesia de Alvalade, porque se celebravam as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e esse facto histórico seria o pano de fundo da atuação da Junta de Freguesia de Alvalade em todas as iniciativas que pudesse vir a desenvolver e que implicassem atividades dirigidas essencialmente à comunidade no âmbito da cultura, da educação, dos direitos sociais em particular. -----

----- Nesse contexto estava previsto um conjunto de atividades. Para além de todos os projectos deverem estar imbuídos nesse espírito de celebração, algumas iniciativas eram de destacar. -----

----- A Junta de Freguesia aprovou uma proposta para levar à cena a Cantata Cénica do Lopes Graça com letra da Natália Correia para celebrar o Dia da Freguesia nesse contexto do 25 de Abril. Estava também a apoiar um documentário sobre os 100 anos da vida do Doutor Mário Soares, que seria concluído e exibido em 2024. Estava a selecionar todos os projetos ligados mesmo à música orquestral que tivessem como referência a liberdade e as conquistas da liberdade para o mundo em geral, mas nesse caso em particular para Portugal e para Lisboa. -----

----- Também era um ano muito importante em que iam começar a celebrar os 80 anos do projeto que deu origem ao Bairro de Alvalade. Embora a sua aprovação formal pelo governo de então fosse 1945, entendiam justificar-se que esse ano fosse um contínuo de valorização e consciencialização do património valiosíssimo do ponto de vista do modernismo arquitetónico na Europa inteira e que Alvalade representava. Essas celebrações, de forma a conseguirem uma credibilidade até técnica e académica, que estavam já estabelecidos. Ainda era a fase da formalização do protocolo, contrato programa ou o que viesse a ser decidido como mais adequado com a Universidade de Lisboa, em particular com a faculdade de arquitetura. -----

----- Já foi solicitada a colaboração do LNEC e também da Câmara Municipal de Lisboa, como não podia deixar de ser, porque tinha espólio no arquivo municipal e não só que poderia enriquecer essas celebrações, visando criar iniciativas e projetos que aproximassem as pessoas. Por outras palavras, utilizar a arte como instrumento e ferramenta de acesso ao conhecimento. Não era a única forma de a utilizar, mas parecia ser a mais adequada nesse contexto e seguida em muitos países europeus. Não se importavam nada, antes pelo contrário, de aprender com quem fazia melhor. -----

----- Para além disso tinha a destacar em 2024 como ano de concretização de um conjunto de projetos que foram propostos e desenhados durante o ano que passou e estava a findar, 2023, em particular aquilo que vulgarmente chamavam CDCs, projectos aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa e apresentados pela Junta de Freguesia de Alvalade, que foi, talvez por mérito dos seus técnicos, uma de Juntas que maior número de processos aprovados conseguiu. -----

----- Destacavam-se desde logo alguns equipamentos, a reinstalação do edifício que ardeu nos Coruchéus. Em resultado do inquérito que foi realizado porta a porta, seria um equipamento interidades, visando instalar uma instituição que já tinha ali a sua sede, a Academia Sénior de Lisboa, e outra parte do edifício ser desenhado para acolher os escuteiros que até agora estavam no antigo edifício da higiene urbana, dito edifício da Moniz Barreto, que parecia não ter as condições adequadas e que estava a ser requalificado para acolher projetos musicais no domínio da música. -----

----- Esse projeto já foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa e já foi celebrado também o respetivo contrato programa com a Junta de Freguesia, com a Associação Cuca Monga que incluía diferentes grupos e que promovia a música pop contemporânea e a criação artística nos domínios da música e a sua tradução em termos de divulgação, com gravação de discos. -----

----- Estava também prevista uma grande intervenção no Parque José Gomes Ferreira, Mata de Alvalade, um projeto que foi aprovado e que pensava estar devidamente detalhado no Plano de Atividade, pelo menos os seus tópicos fundamentais. -----

----- Já tinham as verbas para o efeito e estava a ser preparado um projeto com quem sabia para a requalificação do auditório, nomeadamente na criação de condições adequadas para respeitar as orientações do IGAC, para permitir outro tipo de iniciativas e que tivessem melhores condições para o desenvolvimento de produções artísticas. Também a melhoria das condições para o trabalho da própria Assembleia de Freguesia. -----

----- Previa-se também a colaboração e o apoio à requalificação e melhoria das condições do auditório da igreja do São João de Brito, que estava fechado e a não ser utilizado quando havia uma falta de equipamentos notória e notada em toda a Cidade de Lisboa. Era um auditório com capacidade para cerca de 600 pessoas, que deixou de ser utilizado por falta de condições e era preciso um reequipamento técnico do ponto de vista do som, da imagem, do isolamento, de condições adequadas para desenvolver atividades terceiras que visavam apoiar. -----





----- Já foi aprovado do ponto de vista da Câmara e estava na fase de articulação entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Segurança Social, que era o Ministério competente para aprovar esse tipo de projetos, a criação de uma creche no Centro Social e Paroquial de São João de Brito, porque se verificou uma falta muito grande desse tipo de equipamentos e o próprio centro apresentou uma proposta de requalificar o jardim infantil. Não deixando de existir, mas aumentando a sua capacidade para a criação de creches, que tinha especificidades e requisitos próprios, mais exigentes do ponto de vista técnico, que estavam em fase de ultimar. Tudo levava a crer, embora a competência não fosse da Junta para aprovar, que fosse tudo decidido no início de 2024.

----- Na educação destacava um projeto que conseguiram que a Câmara Municipal de Lisboa aprovasse, graças também ao trabalho da Vogal Ana Rita Constenla, que visava concretizar objetivos porque de intenções estava o inferno cheio. Tinham vindo a pugnar por assegurar uma maior inclusão de todos e em particular as crianças com necessidades de saúde especiais. Nesse contexto, a Junta de Freguesia de Alvalade conseguiu a aprovação de um projeto, pensava ser a única Freguesia de Lisboa que iria ter um projeto novo e ainda considerado piloto, para que todas as crianças com necessidade de saúde especiais tivessem condições para serem integradas em todos os projetos e programas de ocupação dos tempos livres aquando da interrupção das aulas. -

----- Isso significava um esforço maior da Junta de Freguesia, que já teve de promover os procedimentos adequados para a contratação de mais quatro monitores especializados, porque essas crianças tinham de facto que ser acompanhadas.-----

----- Destacava ainda o aumento das atividades no âmbito desportivo e nas atividades escolares, o aumento na oferta e na capacidade de acolhimento de mais crianças e de resposta às famílias no âmbito do Alvalade em Férias. Aumentou-se em 2023 e queriam aumentar ainda mais em 2024. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Tesoureiro -----

----- O **Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que na componente da política orçamental estavam a trabalhar nos últimos dois meses, sensivelmente desde outubro. Os objetivos dessa política orçamental patenteada no Orçamento que foi enviado e que estava a apreciação eram naturalmente o cumprimento da satisfação das necessidades da Freguesia de Alvalade. Nesse sentido, a proposta de composição do Orçamento em matéria de aquisição de bens e serviços, transferências, investimentos e outras rubricas, foi sempre trabalhado durante os dois meses tendo em vista esses mesmos objetivos.----

----- Também nesse mesmo sentido e no âmbito do estatuto do direito de oposição adotaram-se diversas sugestões, fosse para o Plano de Atividades ali apresentado de 2024, fosse para o Orçamento. Tiveram oportunidade de reunir com todas as forças políticas, ou praticamente todas, que deram os seus contributos, que levaram para as reuniões as suas sugestões. Durante a intervenção daria nota do bom acolhimento que conseguiram incorporar no Orçamento na maior parte dos casos. -----

----- As principais variações do Orçamento de 2023 para o novo ano de 2024, começando pela receita, era um orçamento marcado pelo seguinte: em relação ao mercado houve um acréscimo de 20.476,53 euros, devido ao aumento de espaços ocupados e não devido ao aumento de taxas. -----

----- Em relação ao estacionamento do mercado, houve um aumento de 9.649,49 euros, devido à maior ocupação. Na realidade o valor estava mais baixo do que deveria estar, uma vez que não acompanharam a tabela da EMEL. -----

----- PRR, bairros digitais comerciais, foi adicionada a rubrica com um valor previsto no cronograma para 2024 de 295.759,27 euros, também esse já apresentado em sede de Assembleia de Freguesia. -----

----- O contrato interadministrativo de delegação de competências e cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa que promovia o desenvolvimento de intervenções no âmbito dos cinco eixos também ali já apresentados: territórios próximos, territórios sustentáveis, territórios dinâmicos, territórios solidários e territórios saudáveis. Tinham um grande impacto na variação da receita, considerando um valor total de 1.828.930,80 euros para 2024 e que o Presidente já teve oportunidade de destacar o trabalho que a Junta desenvolveu junto da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Quanto ao CDC de espaços verdes, em 2023 estava considerado o valor de 2022 e 2023, com a regularização dos valores em atraso. Em 2024 apenas estava considerado um valor para o ano e daí a variação do valor.-----

----- Também já foi ali falado sobre os protocolos de cooperação para alunos com necessidades especiais nos agrupamentos de escolas de Alvalade e Rainha Dona Leonor, que representavam uma nova receita e um novo sucesso, se assim lhe era permitido dizer, na ordem dos 91.200 euros. -----

----- Com a reestruturação do CDC dos espaços verdes na área do espaço público teriam um aumento adicional de despesa no valor de 17.427,61 euros. -----

----- Estavam previstas, como todos sabiam, duas eleições para o ano 2024 e incluíram-se os valores referentes a essas duas eleições, num valor sensivelmente de 26.000 euros, 13.000 euros para cada eleição. -----

----- Ainda na receita, no Orçamento constava uma indemnização no valor de 203.049,96 euros referente ao incêndio que se verificou nas instalações do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus e da Academia Sénior de Lisboa.-----

----- Em relação à despesa, tinha algumas notas gerais antes de entrar nas rubricas propriamente ditas. Notas que iam para o acréscimo com os custos de pessoal, representando no Orçamento um total de 192.710,59 euros face a 2023 e resultando essencialmente da atualização salarial para a Função Pública, já confirmada em sede orçamental na Assembleia da República. Também as repercussões que resultaram do SIADAP para o biénio 2021-2022. -----

----- Aplicou-se uma taxa de 6% para fazer esses cálculos e aplicou-se a tabela única para aumentos de 52 euros por trabalhador.-----

----- Destacava ainda nessas notas gerais da despesa cerca de 118.000 euros em salários, 27.000 respeitantes ao subsídio de refeição no momento da aprovação do Orçamento para 2023, uma vez que essa ainda não tinha sido publicada e a atualização também do subsídio de refeição e um acréscimo superior a 44.000 euros de encargos com a Segurança Social e com a Caixa Geral de Aposentações.-----

----- Existia uma redução dos gastos com tarefas e avenças em 10.866,06 euros, provenientes do fim de dois contratos de prestadores de serviços no serviço de higiene urbana após a conclusão do concurso para a ocupação de duas novas vagas nos quadros da Junta. Tivera oportunidade nas reuniões do estatuto da oposição de dar nota às forças políticas. -----

----- Tinha-se vindo efetivamente a reduzir os contratos de prestadores de serviço e insistindo no aumento do pessoal dos quadros. Algumas avenças eram temporárias, como essas duas que acabara de descrever. -----

----- Outra nota importante era transversal aos recursos humanos da Junta de Freguesia de Alvalade e a gestão necessária fazer para o dia a dia das múltiplas tarefas e responsabilidades que os trabalhadores tinham era o número reduzido em muitas áreas da Junta de trabalhadores em termos de mapa de pessoal. Tinham diversas áreas em que só havia uma pessoa, o que levava a muitos constrangimentos, nomeadamente na dinâmica que se tinha vindo a implementar e que ainda teriam que implementar mais com os CDCs iniciados no segundo semestre de 2023. -----





----- Falando por rubricas gerais do Orçamento, começava pela administração autárquica, que tinha um crescimento face a 2023 em cerca de 13%. Parecia um crescimento robusto, mas dava nota que a administração autárquica representava 2% do orçamento da Junta.-----

----- Incorporou-se uma dotação superior àquela que tinham previsto para o gabinete de saúde. Essa foi uma nota que receberam do Movimento Mudar Alvalade nas reuniões do estatuto de oposição e que decidiram incorporar.-----

----- Ainda na administração autárquica também o reforço do gabinete animal em mais 5000 euros.-----

----- Na divisão administrativa um crescimento face a 2023 em cerca de 9%. A divisão administrativa representava no Orçamento cerca de 11% e o impacto do aumento dos custos com pessoal era em cerca de 34.704,22 euros. Acréscimo em 15.000 euros que representava aproximadamente 4% em aquisição de bens e serviços, superior à inflação prevista de 2,9%.-----

----- A rubrica “outras despesas” apresentava um valor de 27.000 euros e que já tivera oportunidade de enquadrar a todas as forças políticas para o pagamento dos elementos das mesas de voto nas duas eleições que iriam ocorrer em 2024.-----

----- No espaço público um crescimento de mais 95% face a 2023. Representava cerca de 31% do Orçamento. Um crescimento muito alicerçado nos contratos de delegação de competências, como seria fácil de imaginar. O acréscimo face a 2023 representava um gasto aproximado de 1.206.840 euros.-----

----- Na rubrica das finanças mais 12% face a 2023. Estavam a falar de algumas dezenas de milhar de euros. Não era representativo, mas ficava a nota.-----

----- Rubrica da cultura e coletividades, que assim se chamava na orgânica, um crescimento de mais 57% face a 2023. Tinha um peso de cerca de 9% no Orçamento da Junta.-----

----- Havia uma redução na verba de gastos com pessoal, resultante da transferência de um lugar de coordenador que tinham previsto para a divisão administrativa face ao Orçamento inicial de 2023.-----

----- O acréscimo de 57% face a 2023 era mais uma vez influenciado pelo CDC em vigor com a Câmara Municipal de Lisboa, prevendo-se nesse ano um gasto aproximado de 300.000 euros. Eram 180.000 euros para a requalificação do equipamento do Centro Social e Paroquial de São João de Brito e cerca de 120.000 euros para o novo equipamento cultural de apoio à criação de novos públicos no edifício municipal Moniz Barreto.-----

----- Na educação e desporto eram mais 50% face a 2023. Tinha um peso em cerca de 15% no Orçamento total da Junta. Na educação o acréscimo face a 2023 era mais uma vez influenciado pelos CDCs em vigor. Representava nesse ano um gasto aproximado de cerca de 353.290,80 euros e o reforço para o Alvalade em Férias das crianças no valor de 33.781,81 euros.-----

----- Repetia com alguma frequência a alusão aos CDCs porque, como todos sabiam, em termos de receita a Junta de Freguesia não tinha outras fontes. Todo o acréscimo existente em relação a 2023 só era possível e concretizável através dos contratos de delegação de competências.-----

----- Na componente do desporto estavam previstas, em termos de transferências e de apoios financeiros, mais programas de férias promovidos pelos clubes. Quando tomaram posse apoiava-se um programa de férias de um clube, em 2023 tinham os apoios aos programas de férias a mais dois clubes e a intenção, dentro das condições financeiras possíveis, era estender esse apoio a mais clubes.-----

----- Dava nota ainda no desporto que introduziram dois projetos gratuitos para a população mais jovem, novas modalidades, novos professores. Tinham vindo a trabalhar em 2023 e queriam alargar essa forma de atuar em 2024, fazendo sempre parceria, única e exclusivamente em parceria com os clubes da Freguesia.-----

----- O orçamento da higiene urbana representava cerca de 18% do Orçamento da Junta. Havia um crescimento de 4% face a 2023 e era importante sublinhar esse crescimento de 4%. Era importante por ser numa área orgânica da Junta, ao contrário das áreas anteriores que falara, que não teve nenhum acréscimo adicional em termos de contratos de delegação de competências. Portanto, esse crescimento num orçamento que era até final de 2023 o mais pesado da Junta de Freguesia era relevante.-----

----- Mais uma vez nas reuniões do estatuto de oposição foram alertados por algumas forças políticas, nomeadamente o Chega, o Movimento Mudar Alvalade e também a Iniciativa Liberal, que deram nota da importância do investimento em sede de higiene urbana. Fizeram-se algumas mudanças e incorporaram um incremento de mais 4% face a 2023.-----

----- A CDU deu também e frisou na reunião havida a importância do investimento em sede de higiene urbana, fosse em termos de equipamentos, fosse em termos de recursos humanos e das condições dos mesmos.-----

----- O orçamento do serviço de higiene urbana era maioritariamente composto por gastos com pessoal e a manutenção dos equipamentos existentes. Diria com alguma tristeza sua que se limitavam a fazer a manutenção dos equipamentos e continuavam a trabalhar para fazer aquisição de novos equipamentos, de maior monta, de maior representatividade, de maior valor financeiro, com maior impacto nas ruas e na limpeza das mesmas.-----

----- Os custos com pessoal na higiene urbana representavam cerca de 2.477.655,95 euros, um acréscimo de 117.000 euros face ao inicialmente previsto em 2023.-----

----- Já tivera oportunidade de falar sobre o tema com o Frederico Lira e o Aquino de Noronha, dava nota de relevo que na página 11, na rubrica “outros apoios em numerário ou espécie” incluiu-se o valor de 18.000 euros e que representava a vontade que resultou de um processo de trabalho conjunto iniciado em finais de 2022 e que decorreu durante o ano 2023. Os trabalhadores da higiene urbana, os sindicatos, as forças políticas muitas vezes presentes, o PCP e “Os Verdes”, e a Junta, que foram levando a cabo com sucesso até essa inclusão no Orçamento. Era sem dúvida uma nota importante para os trabalhadores da higiene urbana da Junta.-----

----- Realçava ainda o valor superior a 37.000 euros para aplicação de produtos fitofarmacêuticos e aquisição de sacos para dejetos. Era uma despesa relevante no orçamento da higiene urbana.-----


----- Nos direitos sociais havia um crescimento de 15% face a 2023. Os direitos sociais tinham um peso total em cerca de 5% do Orçamento.-----

----- Além do acréscimo já referido no pessoal, havia um colaborador que iria voltar de uma licença sem vencimento em 2024.-----

----- Havia mais actividades no âmbito da Universidade Briosos de Alvalade, onde resultava também um acréscimo de gastos com professores para o ano 2024 no valor de 22.013,35 euros.-----

----- No FES havia uma redução de 10.000 euros, em linha com a execução do programa nos anos anteriores.-----

----- Em relação à economia e inovação, também aí tinham um crescimento de mais 93%. Era a segunda área que tinha um crescimento maior, a seguir ao espaço público e espaços verdes. A economia e inovação representava 8% do Orçamento e os 93% de crescimento explicavam-se pelo sucesso obtido com o PRR ao qual se candidataram



através dos bairros comerciais digitais e que representava nesse ano um investimento aproximado de 295.759,27 euros. -----

----- Em conclusão e tendo em conta os condicionalismos do aumento da despesa em virtude dos aumentos salariais e que em termos de receita estrutural estavam mais condicionados pelo enquadramento legal, uma vez que tinham de estar sempre à espera dos valores que iam receber e que não sabiam quando iriam receber, considerava que elaboraram um bom Orçamento e que foi importante o contributo de todos nas reuniões do estatuto de oposição. Houve um esforço real, concreto, para a inclusão desses contributos, fosse nos investimentos ou na preocupação adicional pela higiene urbana, fosse toda a questão dos recursos humanos também na higiene urbana, a inclusão do suplemento de penosidade e salubridade com efeitos retroativos em dias de férias.-----

----- Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos inicial, estavam previstos para 2024 cerca de 71.700 euros e sem mais notas adicionais. -----

----- Em relação ao Mapa de Pessoal para 2024 também não tinham alterações em termos de previsão de lugares, que se mantinha nos 127 lugares, com 109 lugares ocupados e 18 vagos, com as notas no Mapa de Pessoal a explicar as razões desses lugares.-----

----- Ficava ao dispor para esclarecimentos adicionais que considerassem necessários. --

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que havia um compromisso que foi tomado junto dos comerciantes de forma pública e que era o início em 2024 do projeto de modernização e requalificação do Mercado de Alvalade. Ao fim de muita insistência explicaram-lhe que a concessão só terminava em 2024 e antes disso não era útil nem necessário promover os procedimentos adequados a essas obras, que iriam implicar concurso e uma série de documentos técnicos, caderno de encargos, etc.-----

----- O Senhor Vereador responsável por essa matéria, Diogo Moura, numa visita ao mercado assumiu o compromisso de que do ponto de vista da Câmara estavam os procedimentos já todos desenvolvidos para, ainda antes da concessão terminar, se ir ganhando tempo para ser lançado o concurso e a obra de uma vez por todas ser feita. ---

----- Também depois de muita insistência e até alguma incompreensão da sua parte, devia confessar, falava-se imenso de projetos e depois não se conheciam, tinha a ver com o estacionamento e o Senhor Vereador da mobilidade explicou-lhe que estava tudo previsto. O problema que se colocava no início era que estavam constituídos direitos de preferência entre duas empresas, a Telpark e a Braga Parques, isso teve que ser acordado do ponto de vista jurídico para começar a desenvolver o projeto. A Câmara já desenvolveu esses procedimentos, de forma a permitir que uma das empresas começasse a desenvolver o projeto em 2024, estacionamento no Mercado de Alvalade, Avenida Rio de Janeiro e Avenida da Igreja. -----

----- Nos direitos sociais também se previa a criação de um gabinete de apoio à saúde mental dos mais jovens, dos adolescentes, mas com a participação da Ordem dos Psicólogos e com a Universidade Lusófona para garantir a segurança técnica e científica que essas matérias exigiam e também a criação de um apoio às famílias que tivessem novos filhos, o chamado kit bebé. -----

----- Para além disso, havia uma matéria que era discutida com os sindicatos e que foi referida pelo Vogal Paulo Doce Moura, que tinha a ver com o subsídio de penosidade e salubridade. Como de boas intenções e promessas os trabalhadores estavam fartos, pediram-se vários pareceres e alguns eram um empecilho, eram quase uma proibição de avançar com essa intenção, nomeadamente um parecer expressamente solicitado pela Junta de Freguesia de Alvalade à CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e que foi negativo,

embora tivessem estado com a especialistas em direito autárquico e direito administrativo que disseram ser possível. -----

----- Tencia a concordar com eles, porque o direito de trabalho assentava num princípio *favor laboratoris*, em que à partida todas as regras do direito de trabalho, salvo algumas exceções, eram de acordo com o princípio mais favorável ao trabalhador. -----

----- Entretanto houve algo novo que permitia dizer com maior segurança jurídica que podiam avançar nesse sentido, porque houve um acórdão da relação que ia dar razão a outras situações semelhantes e análogas no devido pagamento desse direito aos trabalhadores. Como entendiam que os direitos consagrados na Lei, concordância ou não, não eram questionáveis por ninguém e por nenhum partido político, entendeu-se que um direito tinha que ser respeitado e o Doutor Paulo Doce Moura já previa no Orçamento de 2024 e com efeitos retroativos, agora com maior segurança jurídica e também com um parecer que o advogado estava a fazer e ia nesse sentido. Estava ainda a analisar se seria preciso reformular o acordo coletivo de trabalho dos trabalhadores da Função Pública. Era a única coisa que faltava para conseguirem respeitar integralmente, como era dever, o exercício desse direito pelos trabalhadores. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro José Ferreira (PS) -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o PS tinha um conjunto de considerações e algumas perguntas sobre os documentos que foram apresentados. -----

----- Louvavam as intervenções nos espaços verdes da Praça de Alvalade, no Parque José Gomes Ferreira, no Bairro de São Miguel e no Bairro das Caixas. -----

----- Notava-se que não havia nenhuma proposta para estacionamento ou mobilidade suave para desenvolvimento da Junta de Freguesia de Alvalade, remetendo totalmente a iniciativa para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Louvavam o retomar do desenvolvimento pela EMEL da rede Gira, fosse no Bairro de São Miguel com a recolocação da estação conforme o projeto da segunda fase da Zona 30 implementado no mandato anterior e finalmente a implementação de várias estações já sinalizadas e com contributos dos serviços da Junta de Freguesia desde o mandato anterior. -----

----- Louvavam a continuação do apoio ao Bairro São João de Brito e aos seus moradores, em particular na Rua das Mimosas, mas a Junta de Freguesia de Alvalade remetia para a Câmara Municipal de Lisboa o desenvolvimento e requalificação das zonas verdes, algo que estaria ao seu alcance através de contrato de delegação de competências. -----


----- Acompanhavam com expectativa a criação da sede da Freguesia de Alvalade. Louvavam a continuação do desenvolvimento do Centro Cívico Edmundo Pedro e acompanhavam com expectativa o novo edifício que iria substituir aquilo que ardeu nos Coruchéus, bem como a continuação da requalificação do campo de jogos da Teixeira de Pascoaes. -----

----- Chamavam a atenção para o comércio da Avenida de Roma, em que nada era referido para o apoio e desenvolvimento. -----

----- Louvavam as atividades previstas no pelouro dos direitos sociais, mas nada era dito a respeito do apoio a crianças da Quinta dos Barros depois do cancelamento do projeto “Selfie”. Se não fosse assim, depois o Senhor Presidente poderia completar e informar a esse respeito. -----

----- Sobre os desafios da habitação a resposta da Junta era muito básica. Podia fazer muito mais e bastava olhar para a Junta de Freguesia de Benfica, que conseguiu 24 milhões de euros no PRR para promoção de habitação pública. Alvalade nada fez. -----





----- Louvavam a continuação do projeto do desporto Júnior, das oficinas desportivas, com a participação dos diversos clubes da Freguesia e rentabilizando os equipamentos da Freguesia. -----

----- Na higiene urbana não se vislumbravam reforços no quadro de pessoal ou equipamentos, apenas o enquadramento da reposição do pessoal e o estudo para aquisição de varreduras. Perguntou se era para substituir ou para reforçar a capacidade.-

----- Uma vez que o Senhor Presidente referiu que afinal o parque de estacionamento seria na Avenida Rio de Janeiro e na Avenida da Igreja, saber se haveria algum estudo dos impactos sobre os residentes, em particular sobre os comerciantes. Um parque de estacionamento enterrado era feito em vala e teriam dois ou três anos uma vala aberta na Avenida da Igreja e na Avenida Rio de Janeiro. Aliás, por esse motivo a proposta tinha sido no Largo Feitor Pinto, mas iria aguardar onde estavam os estudos dos impactos sobre o comércio, sobre os residentes e sobre a circulação em geral. -----

----- Quanto à receita, despesa e PPI tinha um aparte, porque existiam contratos de trabalho em funções públicas e não contratos de colaboração em funções públicas. Não eram colaboradores, eram trabalhadores. Notava alguma dificuldade em se reconhecer o trabalho e os trabalhadores, mas eram trabalhadores em funções públicas. -----

----- Quanto à substância, verificava-se uma enorme desorçamentação. Faltavam mais de 807.000 euros no orçamento da receita e, portanto, no orçamento da despesa, 14% das despesas correntes. -----

----- Houve um trabalho muito importante dos autarcas de Lisboa do Partido Socialista, também dos autarcas do Partido Socialista de Alvalade, junto do Parlamento e tendo-se conseguido alterar com muito significado as transferências do Orçamento de Estado para todas as Juntas de Freguesia de Lisboa sem exceção. Essa informação estava disponível no site do Parlamento, com a nota de alterações e qual a tabela final. -----

----- A diferença em Alvalade era que a transferência não seria de 3.778.000 e sim 4.585.000. Disso nada constava e aquilo que assistiram ao Senhor Tesoureiro dizer, que a expansão do Orçamento se devia apenas aos CDCs, mas havia 807.000 euros que estavam previstos e foram aprovados pelo Partido Socialista. A direita votou contra o Orçamento de Estado e devia ser justo com o CDS que não votou contra. Portanto, era por escolha do Executivo que o Orçamento não tinha disponíveis mais recursos para reforçar a higiene urbana, para reforçar os equipamentos da higiene urbana, para reforçar o quadro de pessoal e depois contratar as pessoas. -----

----- O Partido Socialista desafiava desde já o Executivo a apresentar em janeiro um novo Orçamento de forma a ser possível mobilizar esses recursos que seriam transferidos para a Junta de Freguesia de Alvalade e que desde janeiro se conseguisse fazer mais por Alvalade. -----

----- Nos oito anos de Tesoureiro tinha sido sempre favorável a que houvesse responsabilidade na despesa. Podiam discordar de muita coisa, mas foi durante os oito anos que lá estiveram e tinha continuado a ser, nada os afastava nesse sentido, mas eram 807.000 euros por ano todos os anos que não estavam lá. Portanto, não estava o reforço da higiene urbana, não estava o reforço da manutenção do espaço público, não estavam outras atividades que podiam ser feitas. Os 807.000 euros eram muito dinheiro, 14% das receitas correntes. Se tirassem as receitas dos CDCs, esses ficavam para o Orçamento da Junta, mas nada era referido ali. -----

----- Tinha-se visto o Senhor Tesoureiro a dizer que havia um reforço e que era só dos CDCs, mas não. Estavam 807.000 euros, que era uma verba muito significativa, foi em Alvalade percentualmente maior do que nas outras Juntas de Freguesia porque além de uma verba correspondente a aplicação do algoritmo que estava na Lei houve também um reforço tendo em conta a expansão das carreiras que iam ocorrer dos técnicos

superiores, dos assistentes técnicos e também dos assistentes operacionais. Nada disso era referido. -----

----- Gostariam de fazer esse desafio para que Alvalade e os alvaladenses pudessem beneficiar dos recursos que eram disponibilizados à Junta de Freguesia de Alvalade. ----

----- Sobre o Quadro de Pessoal, continuava-se a verificar algo que já foi referido pelo Senhor Tesoureiro, uma enorme falta de pessoal, cerca de 16% das vagas, e também uma dificuldade na retenção das pessoas. -----

----- Instavam o Executivo a que aumentasse o quadro de pessoal da higiene urbana, pois existiam verbas disponíveis desde que essas fossem reconhecidas no orçamento da receita. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha alguns esclarecimentos importantes, até para não induzir as pessoas em erro. -----

----- Quanto aos 800 mil euros, se estavam previstos no Orçamento de Estado, a Junta de Freguesia não tinha conhecimento e elaborava o Orçamento com rigor, com segurança e com base em dados concretos. Se houvesse uma alteração orçamental benéfica e positiva, como a própria Lei previa, teriam que propor uma alteração orçamental adequada a incluir essas verbas que nessa fase não estavam previstas. O Senhor Tesoureiro explicaria melhor esses procedimentos. -----

----- Quanto aos CDCs, não só tiveram um aumento e foi notório que entre todas as Juntas de Freguesia foi a mais apoiada e a negociação permitiu, por exemplo, como foi ali referido dos espaços verdes, que do ano passado para esse ano passassem de um CDC para manutenção dos espaços verdes que era de 61.000 euros e seria de 77.000, com o aumento substancial de 15%. -----

----- Não sabia onde foram buscar os dados, mas os factos eram esses e não estavam sujeitos a opiniões. -----

----- Quanto ao projeto “Selfie”, já tinha sido e discutido. Era um projeto que custava à Junta de Freguesia 29.000 euros e que tinha menos de seis crianças a utilizar.-----

----- Foi desenvolvido um pólo 2 da Universidade Sénior de Alvalade. Pensava que as obras estariam já concluídas e pronto para começar. Foi aberto um programa de apoio ao estudo para as crianças da zona da Quinta dos Barros e aguardavam-se inscrições. ---

----- Reforçou-se a relação com as Irmãs Teresianas, para que essas medidas de apoio ao estudo e aos mais jovens fosse assegurado. -----

----- Em relação ao estacionamento, em termos comparativos com o mandato anterior gostavam muito de ser questionados, ficavam muito satisfeitos. Primeiro porque levaram a efeito e foi concluído cerca de duas semanas atrás, e estavam a analisar internamente e iriam apresentar a todos os Membros da Assembleia de Freguesia um estudo porta a porta, que incluiu mais de 1800 questões e respostas sobre as modalidades possíveis de estacionamento, que os moradores emitissem a sua opinião e incluindo os comerciantes.-----

----- Esse estudo concluíra, por exemplo, em relação ao projeto no Largo Frei Heitor Pinto, apesar dos pareceres técnicos da Câmara serem todos favoráveis não significava que os moradores gostassem e como verificariam, com dados e não com opiniões, mais de 70% dos moradores naquela zona não queriam um parque de estacionamento em frente ao Largo Frei Heitor Pinto. -----

----- Apresentavam outras soluções, outras propostas que seriam naturalmente, não era favor nenhum, tidas em consideração. -----

----- Não era competência da Junta de Freguesia, não fazia porque não podia fazer e se pudesse fazer já o tinha feito. Havia os direitos de preferência que tinham de ser juridicamente respeitados e em relação aos potenciais concessionários tinham que ser





acordados os locais adequados ao exercício do direito de preferência. Do ponto de vista técnico não eram projetos muito rápidos, abrir valas, etc., havia condicionantes técnicas que tinham de ser tidas em consideração e as empresas tinham que fazer de acordo com o caderno de encargos que a Câmara estava a elaborar. -----

----- **O Senhor Presidente** deu a palavra ao Tesoureiro -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que se os 807.000 euros por ano, ou 4.500.000 euros na sua globalidade chegassem à Junta de Freguesia de Alvalade, de forma que essa informação fosse suficientemente válida e credível, porque não receberam nenhuma informação sobre esse tema, teriam todo o gosto e seria certamente um Tesoureiro ainda mais feliz se pudesse incorporar no Orçamento de 2024. -----

----- Como já referira, esse Orçamento, à semelhança do ano anterior, foi feito com muita seriedade, com muita credibilidade e em momento algum optaram por colocar verba que não tinham a certeza quando poderia chegar. Optou-se sempre por fazer a contabilidade interna dentro daquilo que era certo e era assim que trabalhavam, mas não tinha problema nenhum em dizer se no futuro chegasse essa informação teriam todo o gosto em fazer uma alteração orçamental, se assim se justificasse. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha de se acabar com este desafio enorme que estava a acontecer, entre encontrar-se mais estacionamento em Alvalade e um novo aeroporto, não sabia qual o que demorava mais tempo a ser feito. -----

----- **O Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Nuno Lopes (MMA) -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que tinham algumas dúvidas, mas o Senhor Tesoureiro esclareceu bastante algumas dúvidas que tinham. -----

----- Esse Orçamento, em relação ao inicial que lhes foi apresentado, faltou um aumento de uma receita de 295.759,27 euros, já foi explicado e deduziam que seria uma verba que entrou agora. -----

----- Era o projeto que toda a gente já conhecia, que a Junta de Freguesia foi vencedora, o tal dos cacifos. -----

----- Verificava-se um aumento de 17,4% relativamente a 2023, dois milhões e meio, em que a sua maioria ia para o espaço público e equipamentos, com 31% do peso orçamental geral. -----

----- Na generalidade estava os CDCs aprovados por todos e esperavam que fossem feitos conforme foi apresentado. -----

----- Havia a questão da educação e o desporto com a higiene, que tinha um peso 15% e 18%, mas a higiene urbana era o ponto que queriam focar e que já focaram na reunião. No novo Orçamento havia uma retirada de 10.000 euros relativamente à administração autárquica e um aumento de 10.000 relativamente à higiene urbana. -----

----- Congratulava-se que a recomendação na questão da saúde não ser igual à dos animais ter sido bem acolhida. -----

----- Não ia dizer que a higiene urbana na Freguesia estava melhor ou pior, mas estava praticamente igual e continuavam a ser o parente pobre. O investimento era de 4% e apesar de haver uma diferença de 57.670 euros, nunca iriam conseguir ter ruas limpas com esse investimento. Uma das questões que falaram, não sendo só por aí, mas era investimento em equipamentos que não se notava muito no Orçamento. -----

----- Não lhe parecia que fosse muito dignificante para um trabalhador ainda só fazer a limpeza praticamente de vassoura e a proposta que deixaram era que a Junta de Freguesia devia investir noutro tipo de equipamento, por exemplo os aspiradores. Era muito mais dignificante e a questão do tempo que se ia ganhar entre ruas mais limpas. Estavam a falar de equipamentos que podiam custar entre 300 e 500 euros cada um, não era nenhuma fortuna. -----

----- Um dos grandes problemas que tinham nas ruas eram as folhas, onde se perdia muito tempo na limpeza. Muitas das vezes até era um perigo para todos, não só para os idosos, porque se tornava escorregadio. -----

----- As ruas continuavam pouco limpas, não dizia que estava melhor ou pior que no anterior Executivo, mas achava que estava igual. Estava mau, as ruas continuavam sujas. -----

----- Relativamente ao estacionamento não se ouviram grandes novidades. Na Assembleia foi anteriormente aprovada uma moção em que teria de ser feita uma auscultação, uma apresentação pública, mas até à data isso ainda não aconteceu. -----

----- Assim como o Mercado de Alvalade, iam caminhar para 2024, final de mandato e tinham o mercado na mesma situação. Estava em avançado estado de degradação e não se via no Orçamento qualquer intervenção, uma verba que estivesse destinada. -----

----- Enalteceu o trabalho da Junta de Freguesia na inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas, que nesse aspeto tinha feito um bom trabalho, mas deixava uma proposta de promover as ações antibullying na escola. Isso não acontecia e eram casos muito reais. -----

----- A grande crítica era na higiene urbana, uma crítica construtiva para que houvesse uma verba ou maior investimento no futuro nessa área. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Sérgio de Oliveira (CDU) -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** referiu um comentário do Membro Nuno Lopes, de que não era dignificante varrer as ruas, mas achava que era. -----

----- Sobre o antibullying, tinham reunido com a associação de pais da Eugénio dos Santos e eles disseram que apresentaram uma proposta à Junta e não teve seguimento. Embora não fosse o ponto, aproveitava para perguntar alguma informação sobre isso. ---

----- O Senhor Tesoureiro tinha falado da importância do rigor, do pagamento, ter o dinheiro, etc. e aí estavam de acordo. No Plano de Atividades estavam os apoios aos clubes desportivos, mas também tinham falado com os clubes e alguns queixavam-se de que no atual Executivo estavam a receber os apoios muito mais tardiamente, muitas vezes uma única tranche no final do ano. No ano anterior receberam em dezembro e, segundo percebera, no presente ano receberam em novembro. Isso dificultava ou impedia a concretização das suas atividades e queriam saber o que a Junta pensava fazer no futuro para melhorar essa situação. -----

----- Sobre o Bairro São João de Brito, no roteiro da CDU que fizeram em setembro passaram pelo bairro e os moradores queixaram-se que agora tinham os estacionamentos só para moradores e não podiam receber visitas, nem da família, ou eram multados. Isso parecia uma brincadeira, mas era bastante aborrecido. O bairro estava em condições muito melhores, que já saudaram ali, viam que havia umas medidas no ponto 3, mas perguntavam onde se pensava criar a bolsa e com quantos lugares, com que tipo de acesso e pagamento, saber como iria funcionar. -----

----- No Plano de Atividades estava o projeto piloto dos tempos livres das crianças com necessidades de saúde especiais e o que perguntava era se isso não seria igual ao ponto 4 da ordem de trabalhos que iam discutir. Perguntava isso porque da análise do ponto 4 não parecia que a Junta fosse suportar essas despesas, porque na verdade eram transferidas pela Câmara. Pelo que percebera, o Senhor Presidente da Junta tinha dado a entender que a Junta ia financiar esse projeto. Pedia um esclarecimento para saber se a Junta iria financiar esse projeto com fundos próprios. -----

----- Sobre os trabalhadores, era muito importante no Orçamento e o Senhor Tesoureiro também já falou sobre isso, finalmente os trabalhadores irem receber o subsídio de penosidade e salubridade no mês de férias. Era uma luta em que a CDU esteve sempre ao lado dos trabalhadores, intervindo na Assembleia de Freguesia, na Câmara, falando





com os trabalhadores. Quando os trabalhadores se concentraram em frente à sede da Junta, tinham aí estado também presentes solidariamente. -----

----- Era curioso que na Assembleia de Freguesia foi chumbada em abril uma moção a exigir o pagamento desse suplemento, mas felizmente que graças à luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos a Junta teve que reconhecer essa reivindicação e já estava contemplado no Orçamento o pagamento com retroativos desse suplemento. Portanto, a luta dos trabalhadores compensava e esse ponto para a CDU era mesmo muito importante. -----

----- Sobre o Mapa de Pessoal, a Freguesia tinha 59 cantões de limpeza e cada canção de limpeza devia ser limpo e varrido uma vez por dia, alguns duas porque tinham muita gente, como por exemplo a Avenida da Igreja e nem sempre havia meios humanos suficientes. Se tivessem um trabalhador por cantão, eventualmente mais um segundo para os que tinham duas limpezas, mas os trabalhadores tinham férias, tinham formação, tinham baixas, assistência à família, atividade sindical, etc. Portanto, era necessário ter mais alguns trabalhadores extra para garantir esse serviço.-----

----- Tinham falado com o sindicato para saber e com os trabalhadores e a força de trabalho da Junta devia ser de 79 trabalhadores, mas tinham 53 trabalhadores e isso era insuficiente. -----

----- No Mapa de Pessoal surgiam duas vagas a preencher e isso era positivo, mas queriam saber se eram apenas os trabalhadores a recibos verdes que iriam integrar os quadros de Junta. Saber se eram dois ou três, porque na reunião do direito de oposição falou-se em três e agora pareciam ser dois. -----

----- Estavam de acordo com a passagem aos quadros, tudo o que fosse diminuir a precariedade e melhorar a vida das pessoas estavam sempre favoráveis.-----

----- Havia carências noutras áreas dos trabalhadores, no mapa continuavam 18 vagas por preencher, um ano atrás eram 20. Havia um pequeno progresso, mas era preciso mais esforço para ter o quadro de pessoal completo e responder a todo o trabalho nas diversas áreas. Algumas áreas tinham só uma pessoa, como disse o Senhor Tesoureiro. -

----- Também era positivo que a biblioteca já tivesse uma bibliotecária, mas do que puderam apurar ela não estava efetiva e queria saber se havia planos para a internalizar.

----- Era necessário alargar as vagas no setor da limpeza urbana, a proposta que estava era insuficiente, haver correspondência no Orçamento para essas necessidades de alargamento, prever a abertura de concursos públicos de admissão de pessoal para a limpeza urbana, para já no mínimo com 10 trabalhadores, fazendo o concurso ou a reserva de recrutamento. Também abrir esses concursos para a reserva de recrutamento com 18 vagas.-----

----- Sobre um comentário que tinha feito o Membro José Ferreira, se esses 807.000 euros fossem nas transferências a mais, isso seria uma grande oportunidade para no Orçamento rectificativo se poderem reforçar as áreas em que a Junta tinha mais deficiência, nomeadamente os quadros de pessoal. Pelo que entendera, isso não estava pronto a tempo, mas deixava essa nota.-----

----- Em relação a pontos que consideravam negativos do Orçamento e do Plano de Atividades, continuavam a ver os valores muito elevados para a comunicação e para a revista da Junta, que era uma revista muito cara e não se justificava para que apenas a Junta comunicasse as suas atividades. Parecia muitas vezes mais um instrumento de propaganda do que de informação. -----

----- Como estavam a falar do Orçamento e de recursos finitos, esse dinheiro podia ser mais bem utilizado noutras áreas. Apesar do Senhor Tesoureiro ter dito que havia uma redução, existia uma grande contratação de recursos externos, assessorias, comunicação e outros.-----

----- Ainda não tinham visto o novo site, parecia ser em 2024, e também não viram o célebre estudo de segurança, que corria o risco de ficar desatualizado.-----

----- Da mesma forma, a externalização dos serviços de manutenção das zonas verdes continuava a demonstrar não ser eficiente, uma vez que continuava em más condições. Perguntava se não seria altura de fazer uma análise de custo/benefício e avançar para a internalização progressiva desses serviços. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro José Vaz (CHEGA) -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que, como aspetos positivos, tinha havido um incremento nos aspetos culturais da Freguesia, o que era de realçar, a monitorização e gestão dos consumos de água com vista a maximização da gestão energética e ambiental, que potenciaram a deteção de fugas e a redução de custos. -----

----- Também houve a resolução da localização do Bairro São João de Brito em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa e com os moradores. Ainda não se encontrava completamente, mas estava em fase de resolução. -----

----- Saudava a ampliação do programa Alvalade em Férias, que assegurou a inclusão de todos os jovens e incluindo os que precisavam de cuidados especiais. -----

----- Também na sequência do programa lançado pela Câmara Municipal de Lisboa sobre iluminação pública, tecnologia led, que abrangeu a Freguesia de Alvalade com a finalidade de um desempenho energético eficaz, uma intensidade luminosa adequada, remoção de lâmpadas de vapor de mercúrio da cidade, lâmpadas essas altamente poluentes e sendo essa remodelação mais ecológica e mais económica do que a existente e não conforme estava transcrito no Plano de Atividades, “que venha a abranger o território da Freguesia, promovendo a transição energética e a neutralidade climática”. Não era isso que foi aprovado na Assembleia Municipal. -----

----- Como aspetos negativos na gestão do atual mandato e que não se viam traduzidos em propostas, o apoio às coletividades para as práticas desportivas, não se entendia o rácio entre o número de atletas que cada clube tinha e o subsídio que os clubes recebiam em função desse mesmo número de atletas. Havia clubes que teriam determinado número de atletas, uns mais e outros menos e não se via isso. -----

----- Também era notório o desfasamento entre as verbas atribuídas às onze coletividades que estavam lá inscritas e o número de clubes da Freguesia, que eram onze, com uma verba disponibilizada de 54.302,87 euros. Por exemplo os Briosos de Alvalade, nesse caso uma única coletividade, tinham em conjunto nove rubricas e eram contemplados com 57.830 euros. Havia um desfasamento enorme.-----

----- Na questão da vídeo segurança, ainda se encontrava a pugnar junto da Câmara Municipal de Lisboa para proceder tão rápido quanto possível a instalação de sistemas de vídeo segurança na zona da Cidade Universitária. -----

----- Era de salientar que a Câmara Municipal de Lisboa colocou em orçamento uma verba superior a cinco milhões de euros e não previa qualquer cêntimo para a Freguesia de Alvalade. A segurança devia ser prevenida e não colocar o objetivo posteriormente de se virem a remediar problemas, logo a Freguesia nesse assunto encontrava-se num grau zero. -----

----- Também no capítulo da segurança o Executivo dizia ir apresentar proposta à Câmara Municipal de Lisboa para a criação do programa de guardas noturnos. Esse assunto já deveria estar resolvido e não numa fase de apresentação do assunto ao Executivo Camarário. -----

----- Encontrava-se também uma verba a atribuir ao gabinete animal de 10 mil euros e ao gabinete de saúde, pensava que para as pessoas, de 20 mil euros, algo estava errado nessa proporção. A prioridade deviam ser sempre as pessoas e não os animais. -----





----- Os serviços de higiene e limpeza na Freguesia não tiveram qualquer melhoria visível. Não havia também qualquer referência à aquisição de novos equipamentos, apresentando-se as ruas quase sempre sujas, que pensava ser um mau cartão de visita para a Freguesia de Alvalade. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos (IL) -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que olhando para o Orçamento proposto para 2024, fazendo uma comparação com o ano transato, julgava ser interessante a olhar para a variação entre 2023 e 2024. -----

----- Desde logo, no que se referia às receitas correntes, se olhassem para os impostos notava-se uma variação de 1,80%. No que se referia em particular às taxas, a vertente em que a Junta de Freguesia tinha autonomia, se olhassem para os mercados e feiras via-se uma variação de 11,18%, nos caniços um aumento de 63,04%, “outros” com 7,04%, na administração central 1,88% e na administração local 323,88%. -----

----- Na vertente das vendas, no aluguer de espaços e equipamentos uma variação de 417,97%, pavilhão municipal de Alvalade 2,98%, o quiosque do Jardim João Ribas 5,58%. -----

----- Se olhassem para as despesas correntes, ao nível das remunerações um aumento de 6,81%, os abonos 13,57%, na Segurança Social 0,43%, aquisição de bens e serviços 74,87%, “outros” com 17,04%. “Outros investimentos”, relacionado também com os contratos de delegação de competências, 563,89%. -----

----- Estavam apenas a olhar para o ano 2023 e o que se denotava era um crescimento em toda a linha e tudo isso ia perfazer, tanto nas receitas como nas despesas correntes, uma variação de 37.2%. Isso num ano que iria ser complicado para todos e uma das preocupações da IL era precisamente a carga fiscal. -----

----- Compreendia-se perfeitamente que nalguns parâmetros tinham que ser feitos ajustes e a despesa teria que aumentar, mas olhando para o Orçamento parecia não haver uma preocupação em balançar o aumento da despesa verificada. -----

----- Essa despesa era compensada pelo aumento das transferências da Câmara Municipal de Lisboa e também pelos CDCs. Verificaram-se 5.940.000 euros provenientes do Estado e 1.828.930 dos CDCs. -----

----- As taxas tinham vindo a subir, algo que preocupava. -----

----- No que dizia respeito às despesas com pessoal salientava-se o reforço das remunerações em 151.000 euros e nos abonos 38.000 euros, um aumento de 7% e 14% respetivamente. -----

----- Havia uma dúvida se teria um aumento ou não de quadros, tiveram a informação que não estava previsto esse aumento de quadros e que a diferença se prendia também com os ajustes ao nível das remunerações por diretivas provenientes do Estado. -----

----- Nas despesas correntes salientava-se o acréscimo de 33.000 euros na rubrica “outros”, tiveram informação que isso se prendia com as eleições legislativas e europeias e que 13.000 euros estariam alocados a cada uma. Mesmo assim havia uma discrepância entre os 26.000 e os 33.000 e gostariam de saber para que estava alocado esse valor que não estava explícito. -----

----- Um tema que não poderiam deixar de referir, até porque já o fizeram, prendia-se precisamente com a revista de Alvalade no valor de 55.000 euros anual, que parecia um valor extremamente avultado. Claro que não havia situações perfeitas, consideravam que a revista de Alvalade tinha importância, mas no valor em que se praticava devia ser feito um ajuste no formato, tendo em vista a diminuição desse valor. -----

----- Percebiam que a Junta de Freguesia tinha algumas limitações, nomeadamente ao nível da publicidade. A Junta podia atuar de uma forma muito mais sustentável se fosse permitido ter publicidade na revista de Alvalade e até se podia autofinanciar a si

própria. Fugia à responsabilidade da Junta, mas não queriam deixar de o referir porque era uma medida liberal importante.-----

----- Se olhassem para o valor dos 55.000 euros da revista de Alvalade, o valor por exemplo estava muito perto dos Briosos, que tinham um investimento de 57.000 euros. Aliás, o valor da revista de Alvalade superava o conjunto das coletividades, de 54.000 euros.-----

----- Ao nível da higiene urbana verificava-se um aumento de apenas 4%, naquele que era um dos principais problemas da Freguesia. A higiene urbana, a par da habitação, eram temas que requeriam melhorias e preocupavam na Freguesia e o valor de 4% parecia escasso, tendo em conta aquilo que se sentia ao nível da higiene urbana. -----

----- O Mercado de Alvalade estava degradado e não se apresentava uma verba para a sua recuperação.-----

----- Ao nível da habitação, já apresentaram uma moção e já falaram desse tema várias vezes na Assembleia, que gostavam de ver o levantamento feito de todos os imóveis da Freguesia de Alvalade pertencentes à Junta ou à Câmara Municipal de Lisboa. Tal ainda não se verificava e acreditavam que seria um levantamento importantíssimo pelos motivos óbvios, mas também ao nível da receita e da despesa ter isso contemplado. -----

----- Eram essas questões que queriam referir, com o foco na variação de 37,22% de um ano para o outro. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)-----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** começou por dizer ao Membro José Ferreira que saudava o seu sentimento de ausência do CDS no Parlamento. Era com agrado que sentiam isso, era um sentimento em crescendo e pedia-lhe que tivesse alguma calma, março estava próximo. Era bom sentir que o PS sentia essa falta, pelo menos ali em Alvalade. -----

----- O CDS atribuía a uma boa nota a esse Orçamento, que dava continuidade ao compromisso assumido para com os eleitores. Saudavam a importância dada às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, a aposta na formação dos recursos humanos, assim como o reforço de efetivos por forma a melhorar os serviços aos fregueses. -----

----- Relativamente aos sistemas de informação, era com agrado que viam refletido no Orçamento e no Plano de Atividades a disponibilização de acesso gratuito a internet no espaço público. -----

----- No pelouro dos espaços verdes também viam com agrado o reforço de verbas, a intenção de proceder a novas plantações, o esforço de otimização do consumo de água ou a reposição do arvoredado em caldeiras, sendo que essa não era uma competência da Freguesia, mas sabia que fariam por isso. -----

----- No pelouro da educação era de realçar os projetos com a educação artística, o estímulo ao gosto e à curiosidade pela ciência, as atividades diversas com os alunos dos estabelecimentos de ensino e a intenção de acolher mais participantes no programa Alvalade em Férias.-----

----- No gabinete animal notava-se uma aposta mais forte e projetos que faziam a diferença, nomeadamente a implementação da linha do bem-estar animal, a agilização do programa CED, o melhor controlo das colónias de gatos de rua, as campanhas de adoção.-----

----- Saudavam a aposta na cultura. Era sem dúvida uma aposta ganha e que permitia a democratização da cultura, o acesso dos alvaladenses a espetáculos diversos e em diversos espaços. -----

----- Sabiam que quem criticava eram os mesmos que criticavam quando nada era feito e atrevia-se a dizer que aquilo que tinha sido feito em Alvalade pela cultura era exemplo





para outras Freguesias de Lisboa. Isso tinha contribuído para uma maior oferta cultural, maioritariamente gratuita na Freguesia e na Cidade de Lisboa.-----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro Miguel Henriques (PSD)-----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que o PSD saudava os documentos previsionais apresentados pelo Executivo, na linha daquilo que foi o programa com que se apresentaram a eleições e programa vencedor. Mantinha-se na sua matriz aquilo que tinha sido feito ao longo dos últimos dois anos, sendo que a grande diferença face ao Orçamento do ano anterior era efetivamente a existência dos CDCs e a necessidade de cumprir esses CDCs.-----

----- Eram uma mais-valia para a Junta e algo que devia orgulhar não só o trabalho, mas também o Executivo e todos os fregueses em Alvalade. Era um reconhecimento do levantamento das necessidades que foi feito por parte da Junta de Freguesia, necessidades essas que acabaram por ser acolhidas pela Câmara Municipal. Portanto, era uma das Freguesias que mais verbas iria receber em todo o concelho para cumprimento desses CDCs e isso era algo que os devia deixar orgulhosos. -----

----- Relativamente aos espaços verdes, estava a ser feito um bom trabalho. O Executivo previa fazer alguns investimentos, tanto a nível de sistemas de rega, de manutenção de equipamentos, mas também aproveitar esses CDCs de forma a reabilitar por exemplo a Mata de Alvalade ou o Bairro de São Miguel.-----

----- No espaço público saudava o facto de ter sido lançado um procedimento para contratar uma empresa que fizesse a gestão do espaço público até ao final do mandato e não apenas aquilo que acontecia, que era uma contratação anual. Acabava por dar uma visibilidade a mais longo prazo. -----

----- Relativamente à habitação, que foi uma preocupação levantada ali pelo Partido Socialista, era efetivamente um tema que também preocupava o PSD. Era, no entanto, importante recordar que Fernando Medina em 2017 prometeu 6000 casas e apenas entregou 350. Em apenas dois anos de mandato Carlos Moedas já entregou quase 1400, em apenas dois anos foram entregues quatro vezes mais casas por Carlos Moedas do que Fernando Medina entregou ao longo de todo o seu último mandato. -----

----- Sendo um assunto que os preocupava e tendo sido ali referido o exemplo de Benfica, estavam dispostos para também em Assembleia de Freguesia de Alvalade discutirem todas as propostas relativamente a habitação que o Partido Socialista quisesse apresentar, propostas, moções, recomendações ao Executivo. -----

----- Relativamente ao Orçamento, havia efetivamente um acréscimo face a 2023 na ordem dos 43%, tanto a nível de receita como de despesa por efeito dos CDCs. Havia um acréscimo de 95% no investimento que seria feito no espaço público e no equipamento da Junta de Freguesia. Também havia um acréscimo de 93% para economia e inovação com base no concurso dos bairros digitais. Essa foi uma candidatura da Junta de Freguesia ao PRR e que se traduzia numa receita de quase 300.000 euros. -----

----- A atualização salarial dos trabalhadores da Junta de Freguesia, também já foi ali mencionado que acabava por ter uma expressão no Orçamento. -----

----- Como era evidente, votariam favoravelmente todos esses documentos previsionais e tendo em conta aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta, no sentido de ter sido facultada a palavra a todos os partidos e movimentos que assim o pretendessem fazer, tendo essas sugestões sido acolhidas, e estavam em crer que todas as outras forças políticas votariam favoravelmente. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro José Ferreira (PS) -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que queria só informar que o Orçamento do Estado foi apresentado no dia 10 de outubro, previa um aumento nas transferências para

as Freguesias de Lisboa de 2%. Em 29 de novembro o Orçamento de Estado foi aprovado, mas já não previa esse aumento. Portanto, entre 10 de outubro e 29 de novembro foi possível chegar ao Parlamento e alterar as circunstâncias para aumentar as transferências para as Freguesias de Lisboa. Já tinha feito chegar ao Senhor Tesoureiro os elementos todos, que estavam todos online e nada disso era difícil de encontrar. -----

----- A Junta de Freguesia aprovou o seu Orçamento em Executivo no dia 11 de dezembro. Portanto, de 29 de novembro até 11 de dezembro havia tempo para introduzir isso, como houve tempo para mudar as coisas, ir à luta e conseguir a justiça para as Freguesias de Lisboa. O Partido Socialista fez isso e tinha o gosto de ter participado nesse processo. -----

----- Aguardaria, uma vez que iam ter uma sessão em janeiro e uma vez que o Senhor Tesoureiro disse isso, que em janeiro tivessem uma outra proposta a incorporar esse montante para que tivessem acesso a esse recurso e que pudessem pôr a trabalhar para os alvaladenses. Era um contributo muito importante e que repunha justiça nas transferências do Orçamento de Estado para as Freguesias de Lisboa em geral e também em Alvalade. -----

----- Tinha ficado muito agradado com a resposta do Senhor Tesoureiro e aguardava em janeiro essa alteração, de modo a terem disponíveis o mais cedo possível esses recursos. -----

----- A Freguesia de Alvalade soube concorrer e ganhar a verbas do PRR. Saberá perfeitamente, se quisesse, também na habitação fazer. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Presidente da Junta -----

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que havia coisas que o surpreendiam. Todos pertenciam a partidos políticos diferentes, tinham opções diferentes, era a democracia a funcionar, mas propaganda, mentira e manipulação não era muito aceitável. -----

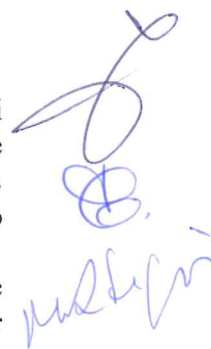
----- Orçamento de Estado foi aprovado no dia 29 de novembro na generalidade, o processo seguiu até ser aprovado na especialidade, até o Presidente da República aguardou. De qualquer maneira, o Orçamento até podia ser aprovado em 1 de setembro, mas o que se passava era que os documentos que todas as Juntas de Freguesia tinham para elaborar orçamentos eram outro tipo de previsões de receitas e despesas, não dependiam da aprovação direta e imediata do Orçamento de Estado. Dependiam depois de instrumentos adequados que as Juntas de Freguesia tinham, nomeadamente os documentos de transferência orçamental do Estado. -----

----- Muitas vezes Juntas de Freguesia sabiam e por dever tinham que fazer uma adaptação das despesas em relação ao pessoal porque foi aprovada e constava na legislação aplicável, mas as transferências não chegaram. Por isso mesmo havia instrumentos que a Lei previa e que eram legais, deviam ser seguidos, de alterações orçamentais, orçamentos retificativos. Só num quadro no certeza e garantias deviam promover essas medidas. -----

----- Não conhecia nenhuma Junta de Freguesia que rejeitasse maiores transferências de Orçamento de Estado, achava um absurdo, mas se entendiam que Alvalade não queria receber mais dinheiro estavam enganados, porque queria e porque precisava. -----

----- Quanto à higiene urbana, era uma atividade que dependia das pessoas, dos profissionais, não bastava ter discursos e boas intenções. Desde que tinham chegado e até agora, nesse ano mais porque já estavam os concursos em fase final de procedimentos ficariam com mais 5 funcionários do quadro em relação ao que havia no passado. Os funcionários que estavam mantinham, aqueles que não se reformaram e alguns deveriam estar próximos disso, seriam renovados de acordo com as capacidades legais que o quadro tivesse. -----

----- Para alterar o número de funcionários tinham que ter duas garantias, as verbas adequadas a suportar essa despesa e a alteração do Mapa de Pessoal. -----





----- Quanto aos equipamentos, estava previsto no Plano de Atividades, equipamentos elétricos, aquisição de novas varredoras. -----

----- Estavam muito dependentes das verbas transferidas pela Câmara Municipal de Lisboa, era nisso que estavam a trabalhar e até ao momento tinham conseguido, mas não costumavam tomar por bom aquilo que ainda não estava assegurado. Era uma fase de negociação, inclusive já com reuniões pedidas o Vereador responsável pela matéria, Ângelo Pereira, porque entendiam que essas questões só se resolviam com mais investimento. -----

----- Além disso, segundo as informações dos próprios sindicatos e dos próprios coordenadores que já ali estavam, não eram pessoal afeto ao atual Executivo ou outro qualquer, eram funcionários públicos no verdadeiro sentido da palavra, era uma atividade penosa, mal remunerada e tinham que ser francos, não era muito prestigiante. Portanto, nem sempre se conseguia ter o pessoal necessário, muitas vezes os concursos eram abertos e não ficavam totalmente preenchidos. Diziam as próprias pessoas que lá trabalhavam. -----

----- Das duas uma, ou isso se fazia com uma atualização salarial... e muitas vezes as pessoas disponíveis para esse tipo de serviço não tinham os requisitos legais adequados. Por exemplo imigrantes, porque era uma legislação um pouco estranha, uma “pescadinha de rabo na boca”, para serem legalizados tinham que ter contrato e para terem contratos com a administração pública tinham que... isso criava dificuldades no recurso a novos recrutamentos. -----

----- Não era especialista na matéria, baseava-se na credibilidade das informações que o próprio pessoal dizia, mas isso não os devia fazer desistir e iriam aumentar nomeadamente na questão dos equipamentos elétricos, aspiradores, etc. -----

----- Quanto ao Mercado de Alvalade, era investimento da Câmara Municipal de Lisboa e não da Junta de Freguesia. Muitas vezes nem tinham capacidade de alterar algumas utilizações que gostariam porque dependiam completamente da Câmara Municipal de Lisboa. A Junta só era responsável pela gestão diária, não eram competentes para fazer obras ou para alterar. -----

----- Em relação às taxas também não tinham autonomia. Seguiam os regulamentos aplicáveis, nomeadamente alguns regulamentos que a Câmara Municipal adotava, mas nessas matérias com certeza o Vogal Tomás Gonçalves responderia com mais acuidade porque lidava com elas quase todos os dias. -----

----- Quanto ao estacionamento só para moradores, não era uma invenção da Junta de Freguesia. Muitas vezes era a pedido dos próprios moradores, como tinha acontecido, mas também havia alterações de pedidos. Havia zonas onde existiram pedidos de estacionamento reservado a residentes e que depois pediram para alterar porque deixaram de poder ter visitas, etc. Havia questões que tinham de ser ponderadas, mas não foram quem colocou no Bairro de São João de Brito só para moradores, estava perfeitamente à vontade e disponível para instar a CML e a EMEL a alterar esse quadro. -----

----- Sobre as necessidades de saúde especiais, tinha dito na apresentação que foi mérito até da Vogal Ana Constenla. Foi um projeto que conseguiram apresentar à Câmara e que a Câmara financiava, infelizmente as transferências de verbas nunca eram suficientes e a Junta de Freguesia por vezes tinha que suportar alguns custos adicionais, mas o projeto foi aprovado e não onerava os custos da Junta de Freguesia. -----

----- Tinha-se falado em 59 cantões, se fosse possível do ponto de vista orçamental a revisão dos quadros não tinha nada contra isso, antes pelo contrário, até saudava essa possibilidade. Já estavam com 50, eram 9 e veriam se passo a passo conseguiam alcançar esse objetivo, mas também diziam os próprios funcionários da higiene urbana que a necessidade de lavagem de ruas cada vez era mais escassa. Não sabia, mas

dependia totalmente da Câmara Municipal de Lisboa, quem tinha os equipamentos adequados para lavar as ruas.-----

----- Em relação à revista, quando chegaram à Junta de Freguesia de Alvalade havia doze revistas, era mensal... ou trimestral... quando pedira aos funcionários que já lá estavam uma avaliação dos custos foi com a orientação de que não deviam aumentar os custos em relação ao mandato anterior e foi isso que se fez, embora atualmente esteja tudo mais caro, papel reciclado, podia apresentar até os dados todos feitos por eles. ----

----- Além disso, se acusavam a atual revista de propaganda, não sabia o que era antes, só com fotografias da Junta. A atual revista procurava dar voz e visibilidade às instituições e às pessoas, cientistas, artistas, lojas antigas, comerciantes e dar a conhecer o Executivo, um por cada revista dava uma entrevista, não estava ali em permanência e até achava ridículo, não eram a América Latina nessa matéria. Preferia ter uma revista com alguma qualidade. Aliás, na era digital só se justificava ter uma revista em papel se respeitasse algumas regras e que tivesse alguma qualidade estética. -----

----- Não era a sua opinião, foi opinião generalizada de vários colegas, até de vários partidos. Todas as Juntas de Freguesia tinham revistas, não sabia se era uma boa ou má prática, mas todas tinham. Não gostava de ser juiz em causa própria e preocupava-se em não acabar com uma coisa que já existia e tentando melhorar, esperando que quem viesse a seguir ainda melhorasse mais. -----

----- Quanto ao antibullying, tinha a informação que estavam já programadas e desenvolvidas pelos técnicos competentes, a comissão social de Freguesia já tinha um plano estabelecido com os parceiros e estavam já agendadas iniciativas concretas a partir de janeiro, mas nada obstava a que pudessem que as escolas, ou as associações de pais, ou quem entendesse que fosse mais adequado o pudesse fazer. Tinha ideia que os projetos apresentados foram reenviados para a comissão social de Freguesia, foram analisados e deveriam estar na base desse projeto desenvolvido por eles. -----

----- Sobre a questão do mentiroso, não tinha dito que era mentiroso, mas era propaganda dizer-se que um Orçamento aprovado na Assembleia da República tinha que ser logo um instrumento suficiente e adequado para se fazer uma previsão de receitas das quais não tinham nenhum documento oficial, a não ser a Lei que não tinha valores expressos, não dizia que a Junta de Freguesia de Alvalade ia receber 800.000,47 euros. Aliás, duvidava que alguém o fizesse com responsabilidade, mas iria averiguar.--

----- Em relação aos animais, os 10.000 eram divididos para dois objetivos distintos, 5000 euros para ajudar a não haver maior abandono dos animais, que cada vez havia mais animais abandonados na via pública por insuficiência económica das famílias. Era apoiar essas famílias que demonstravam não ter capacidade para a alimentação, despesas de saúde, etc. A outra parte era uma obrigação, porque tinha a ver com a esterilização dos animais, para controlar o aumento das colónias de gatos e outros animais. -----

----- Sobre as pessoas, as Juntas de Freguesia na área da saúde tinham uma competência muito limitada. Já havia protocolos previstos com a faculdade de medicina dentária e estavam a trabalhar num protocolo com a Cruz Vermelha, mas os requisitos técnicos que a legislação previa para poderem por exemplo ter um gabinete de apoio mais direto ao cidadão, para consultas e até de enfermagem, o edifício em si e os equipamentos tinham que ter condições que a Junta não dispunha. -----

----- Já que tinham falado com a Vereadora responsável nessa matéria, para ver se arrendando com uma renda razoável poderia permitir num protocolo com as instituições desenvolver esse tipo de equipamentos, porque para já não tinham. Havia vontade, até tinham algum financiamento porque eram protocolos com instituições sem fins lucrativos e não se conseguiu porque não existiam condições que respeitassem as regras





da direção-geral de saúde, as condições técnicas que exigiam para autorizar o funcionamento desse tipo de equipamentos. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Tesoureiro -----

----- O **Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que em relação ao Membro Nuno Lopes e aos aspiradores para a higiene urbana, era um tema que já tinham falado na reunião do estatuto da oposição e iriam avaliar qual era o valor do investimento necessário para esse tipo de equipamento. Não era claro que de momento fosse uma verba na ordem das centenas de euros, mas iriam avaliar e se fosse preciso fazer um esforço adicional no Orçamento com certeza que fariam. Era um tema a que ainda voltariam. -----

----- Em relação ao Membro da CDU e a questão do pagamento aos clubes estar em atraso, a primeira nota era que não tinham absolutamente nada em atraso nas finanças da Junta de Freguesia de Alvalade, nem no presente nem no passado recente desde que ali se encontravam. O que alguma entidade se poderia queixar era de não estar a receber, mas se não estava a receber era porque alguma informação estava em falta, alguma documentação estava ainda ausente e, cumprindo o regulamento dos apoios financeiro, ainda não se concedeu esse apoio. Era a única explicação que visualizava para ir ao encontro dessa questão. Em atraso nos serviços da Junta de Freguesia nada existia. -----

----- Sobre a questão da bibliotecária confirmava. A Raquel foi alguém que teve uma experiência com a Junta já num passado recente, nomeadamente no mesmo local, depois também teve uma passagem em forma de estágio nos serviços centrais. Era alguém em que no seu enquadramento faziam uma avaliação positiva. Com a saída de uma pessoa do quadro em mobilidade para Câmara Municipal de Lisboa ficaram com uma necessidade para corrigir em termos do serviço da biblioteca propriamente dita. Voltaram num regime de prestação de serviços a contratar a Raquel, que após alguns meses a avaliação que faziam era positiva. De momento ainda não se tomou a decisão de manter a avença ou propor uma situação diferente e mais enquadrada nos quadros da Junta. Estavam a avaliar. -----

----- Quanto ao processo de recrutamento na higiene urbana e ainda em relação ao Mapa de Pessoal, tendo bem presente a intervenção do Senhor Presidente no que dizia respeito ao objetivo de integrar cinco trabalhadores, o que tinham em dezembro de 2023 era a integração de quatro trabalhadores nos serviços de higiene urbana, em que dois estavam como prestadores de serviços e os outros dois eram novos, sendo que um deles ia substituir um prestador de serviços. Portanto, tinham três, dois passavam da prestação de serviços para o quadro e o outro prestador de serviços era substituído por um novo trabalhador da Junta. O segundo iria substituir um trabalhador que se reformou. -----

----- Em relação ao Membro José Vaz, à semelhança do que tinha respondido ao Membro Sérgio de Oliveira, numa perspetiva mais de avaliação dos apoios que a Junta atribuía, para atribuírem apoios aos clubes havia um regulamento dos apoios financeiros, não faziam sem a condição e as regras desse regulamento. Uma das premissas, como muitas outras existentes no regulamento, tinha a ver com o número de atletas que o clube tinha, se eram federados ou não, qual o número de treinadores e se esses treinadores eram licenciados e formados para a atividade desportiva que exerciam. Tudo isso era muito objetivo e daí resultavam os valores que atribuía como apoio financeiro aos clubes da Freguesia. -----

----- Sobre a questão do gabinete animal e do gabinete da saúde queria só fazer um enquadramento muito técnico. O gabinete animal era uma rubrica que já existia no Orçamento anterior e que tinha 5.000 euros, a que foram acrescentados 5.000 euros como já foi explicado pelo Senhor Presidente. A rubrica do gabinete da saúde não existia no Orçamento e tinha uma bolsa com um valor de 20.000 euros. Portanto, fez-se

um investimento de 20.000 euros no gabinete da saúde e de 5.000 euros no gabinete animal. -----

----- A questão de haver alguma semelhança em termos de investimento na saúde das pessoas e na saúde animal não se colocava, mas deixava esse enquadramento. -----

----- Em relação ao Membro da Iniciativa Liberal e as questões sobre as receitas, recordava que na sua intervenção inicial tinha dado nota de um acréscimo na receita, nomeadamente no mercado, devido a uma melhor gestão dos espaços ocupados e não devido ao aumento das taxas, assim como o acréscimo na receita de estacionamento do mercado também foi conseguido por uma melhor gestão dessa tarefa em particular. Como já tinha referido, não acompanharam a tabela da EMEL. -----

----- No que dizia respeito às taxas, tinham um grupo de trabalho dentro da Junta onde estavam presentes os diversos serviços, sobre a necessidade que tinham de atualização do regulamento de taxas, que estava muitas vezes indexado ao da Câmara Municipal de Lisboa, mas com alguns temas onde havia alguma autonomia. Era um trabalho de atualização que parecia importante fazer. -----

----- Quando dizia que havia necessidade de fazer uma atualização num ou noutro ponto não queria dizer que aquilo que estava para trás estivesse mal, mas viviam num mundo em constante evolução e as coisas precisavam de ser atualizadas, precisavam de se adaptar aos tempos atuais. Estavam a fazer esse trabalho também ao nível do regulamento das taxas. -----

----- Admitia que pudesse ter havido da sua parte alguma incompreensão em relação às questões, mas os 27.000 euros referentes às duas eleições estava unicamente na rubrica 060.20.30.599, não estavam misturados com mais nenhum valor. Os 33.000 euros que tinha falado, pedia para que depois lhe indicasse. -----

----- Registava o facto de o Membro José Ferreira ter ficado contente com a observação que lhe dera e voltava a dizer que da sua parte podia ficar sempre contente, porque iria contar sempre com a máxima seriedade e honestidade no que dizia respeito à gestão dos dinheiros públicos da Junta da Freguesia de Alvalade. Confirmava que tinha recebido várias mensagens suas, iriam avaliar a documentação que foi enviada e se tivessem a boa notícia de incluir mais algumas centenas de milhar de euros em prol da população e da Freguesia de Alvalade seria o primeiro a ficar contente. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que queria só clarificar alguns temas que foram levantados, em primeiro lugar pelo Membro José Ferreira relativamente aos espaços verdes do Bairro São João de Brito e de estar inscrito no Plano de Atividades que iriam pugnar para que os espaços verdes fossem reabilitados. Certamente que tinham de pugnar para que a Câmara Municipal de Lisboa entendesse que era uma necessidade e se quisesse fazer um contrato de delegação de competências para assumirem essa responsabilidade, aliás como tinham feito com outros temas, com o Parque José Gomes Ferreira, Avenida Santa Joana Princesa na segurança rodoviária e Avenida Dom Rodrigo da Cunha. -----

----- Estavam sempre disponíveis e primeiro era preciso que a Câmara Municipal percebesse que esse espaço era importante ser requalificado. Aliás, já devia ter estado nas obras de urbanização realizadas, esse projeto já devia ter sido contemplado para que também os espaços verdes fossem reabilitados e não o foram. Era uma preocupação que tinham, a exemplo de outras. -----

----- Relativamente ao estacionamento, estavam preocupados com essa situação e já falaram com a EMEL e com a direção municipal de mobilidade para colocar duas bolsas de rotação, para que os visitantes dos moradores do Bairro São João de Brito pudessem visitar os seus familiares e amigos sem qualquer constrangimento. Numa primeira fase





normalmente era ao contrário, as pessoas pediam para ter zonas exclusivas a residentes, ali tiveram e não gostaram, queriam zonas de rotação, mas pelo menos mitigaram o problema de estacionamento do bairro, pessoas que estacionavam ali para outros fins, que trabalhavam no aeroporto ou noutras zonas da cidade.-----

----- Quanto ao Mercado de Alvalade, partilhava da preocupação do MMA e da IL, o mercado precisava de obras urgentes e sentiam isso todos os dias na pele. A nível infraestrutural o mercado estava muito debilitado. Para terem uma ideia, só em 2022, entre manutenção corrente, limpeza e gestão do estacionamento gastaram-se cerca de 130.000 euros e em 2023, até novembro, cerca de 120.000.-----

----- A acrescentar a isso tinham o valor da manutenção que não conseguiram expurgar do valor da manutenção total dos equipamentos da Junta, cerca de 7.000 euros por mês só de mão-de-obra para todos os equipamentos da Junta, onde o Mercado de Alvalade estava incluído e mais peças dentro do contrato de empreitada de conservação dos imóveis da Junta de Freguesia.-----

----- Eram gastos repartidos por várias rubricas do Orçamento, fosse a empreitada da conservação de imóveis da Junta de Freguesia, conservação no pelouro do espaço público e equipamentos e na economia e inovação, limpeza e higiene, estacionamento do Mercado de Alvalade era um valor demasiado elevado para manutenção corrente de uma infraestrutura, mas era o que tinham e estavam a lutar para que a Câmara Municipal avançasse com o concurso o mais rapidamente possível. Tudo indicava que fosse no primeiro trimestre do ano, para que as obras pudessem ocorrer com a maior celeridade e que iriam poupar bastantes euros à Junta de Freguesia, permitindo investir em outras atividades. -----

----- O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Membro José Ferreira (PS) -----

----- **Membro José Ferreira (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, uma vez ter sido dito que havia mentiras e manipulações, foi essa a expressão e estava gravada, disse que o Orçamento do Estado foi aprovado em votação final no dia 29 de novembro. Era fácil, só procurar no Google. Aliás, tinha ido verificar a data e aparecia várias vezes. O Executivo da Junta de Freguesia aprovou no dia 11 de dezembro. -----

----- Não fazia mal, não estavam atentos, houve outras pessoas que estiveram. O Senhor Presidente fizesse como o Senhor Tesoureiro, agradecesse e celebrasse. Era bom para a Junta de Freguesia e era bom para Alvalade. -----

----- Também tinha dito que os revistas eram doze, mas eram quatro e custar 25.000 euros por ano era o que estava no Orçamento de 2021. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** disse que sobre essas matérias era fácilimo, foi aprovado na Assembleia, mas ainda não era Lei, porque não estava ainda promulgado, nem publicado. Por isso não era ainda Lei, não existia ainda e nem sabiam se seria, dependia ainda do Senhor Presidente da República. -----

----- Submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano e Plano de Atividades da Junta de Freguesia de Alvalade para o ano 2024**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL e MMA), 1 voto contra (Chega) e 9 abstenções (PS, CDU e BE) -----

----- Submeteu à votação o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano 2024**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PSD, CDS-PP, IL e MMA), 1 voto contra (Chega) e 9 abstenções (PS, CDU e BE) -----

----- Submeteu à votação o **Orçamento da Receita para o ano 2024**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP e MMA), 1 voto contra (IL) e 10 abstenções (PS, CDU, BE e Chega) -----

----- Submeteu à votação o **Orçamento da Despesa para o ano 2024**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP e MMA), 2 votos contra (IL e Chega) e 9 abstenções (PS, CDU e BE) -----

----- Submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para o ano 2024**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 3 abstenções (CDU e BE) -----

----- Submeteu à votação as **Atas em minuta relativas às deliberações acabadas de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Referiu que tinham chegado ao fim do ponto 1 da ordem de trabalhos e como pensava estar acordado entre todos os Membros da Assembleia de Freguesia, suspendiam os trabalhos agora e continuariam em próxima reunião para os restantes pontos da ordem de trabalhos. O dia que, na sua análise, após consultas, tinha sido mais consensual, era o dia 10 de janeiro, e se todos estivessem de acordo continuariam então no dia 10 de janeiro a presente sessão da Assembleia de Freguesia. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e duas horas e dez minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----

